



MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2004
PROCESSO Nº 72000.000422/2003-47

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
029/2004, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,
POR MEIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO E A
EMPRESA CTIS INFORMÁTICA LTDA., PARA O
FIM QUE ESPECIFICA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º andares, Brasília/DF, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Senhor **RUBENS PORTUGAL BACELLAR**, brasileiro, divorciado, portador do Documento de Identidade nº 558.890 - SSP-DF e do CPF nº 186.710.639-68, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria/SE nº 103, de 07 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente, e de outro lado, a Empresa **CTIS INFORMÁTICA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.644.731/0001-32, estabelecida na SCN Qd 04 Bl. B Ed. Centro Empresarial Varig 2º andar sala 204 Brasília/DF, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Senhor **AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 356.831 expedida pela SSP/DF, e do CPF nº 102.252.262-20, **RESOLVEM** celebrar o presente **Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 029/2004**, de conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 72000.000422/2003-47, referente à Concorrência nº 002/2004, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações e demais legislação correlatas, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato Administrativo nº 029/2004, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI), complementares às atividades do MTur, nas áreas de: a) Desenvolvimento de Aplicativos, utilizando ponto de função; b) Consultoria; e c) Manutenção de Ambientes, incluindo Aplicativos/Administração de Banco de Dados; Condução de projetos especiais e estratégicos de TI; e Atendimento ao Usuário - hardware e software; conforme previsto na Cláusula Oitava - Da Vigência, do referido Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O Contrato Administrativo nº 029/2004 terá vigência por mais 12 (doze) meses, a contar de 01.12.2006, perfazendo, portanto, um total de 36 (trinta e seis) meses.



PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo de vigência previsto no *caput* desta Cláusula poderá ser prorrogado, no interesse da Administração, mediante Termo Aditivo, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Para cobrir as despesas durante o prazo consignado no *caput* da Cláusula Segunda fica estimado o valor total de R\$ 4.315.170,00 (quatro milhões trezentos e quinze mil, cento e setenta reais), sendo o valor de R\$ 359.594,02 (trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e noventa e quatro reais e dois centavos) para o exercício de 2006, e o valor de R\$ 3.955.575,98 (três milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos) para o exercício de 2007.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do Contrato Administrativo nº 29/2004, em decorrência do presente aditamento, correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada ao **CONTRATANTE** no exercício de 2006, no Programa de Trabalho: 23.122.1166.2272.0001, Elemento de Despesa: 3.3.90.30, Fonte 0100, mediante emissão de Nota de Empenho para menção do Crédito.

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas referentes ao exercício subsequente correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada para a mesma atividade no respectivo exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições pactuadas no Contrato ora aditado e em seus aditamentos, naquilo que não conflitarem com o presente Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93, atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo Aditivo.

E, assim, por estarem de pleno acordo, após lido e achado conforme, as partes firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Brasília, 01 de 12 de 2006.

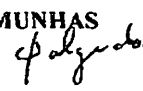

RUBENS PORTUGAL BACELLAR

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração


AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA

Diretor Presidente

TESTEMUNHAS

Nome: 
RG:
CPF:

Nome: Amanda Apud de Litoria
RG: 1859065 SSP/DF
CPF: 78174681-20

